

Reajuste proposto pelo MPOG não atende pauta dos servidores federais



FRANCISCA MARIANHO/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Governo reuniu entidades sindicais para oferecer aumento salarial de 21,3%, parcelado em quatro anos

EDITORIAL

2

Diretoria relembra trajetória da Apufsc-Sindical em quatro décadas de atuação

JURÍDICO

3

Justiça concede antecipação da tutela em processo que envolve representação sindical em SC

SINDICATO

8

GT elabora propostas de formalização e regulamentação dos campi da UFSC

40 anos da Apufsc-Sindical

A Apufsc-Sindical completa quarenta anos, com uma história repleta de lutas, conquistas e dinamismo. Iniciou a sua trajetória política em 24 de junho de 1975 como Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina. Quinze anos depois, em dezembro de 1990, por deliberação de Assembleia Geral, constituiu-se em Apufsc-SSind, integrando o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-Andes. Em setembro de 2009, novamente em Assembleia Geral, a Apufsc rompe com o Andes, para se tornar um sindicato independente de partidos e de ideologias políticas, denominando-se Apufsc-Sindical.

Na semana em que comemorou seus quarenta anos, ofereceu uma programação que incluiu atividades voltadas à saúde do professor, projeção de filme “A História Oficial” e a palestra “O que é Sindicato”, com um dos fundadores da Apufsc e militante de longa data na educação, professor Milton Muniz.

Nessa edição, o boletim da Apufsc volta a abordar um assunto que vem impactando negativamente na vida acadêmica e na saúde do professor devido à falta de condições objetivas de trabalho – a institucionalização dos campi. A “gestão multicampi” é sem dúvida um tema complexo que merece atenção e agilidade na definição de sua estrutura organizacional. Enquanto os campi permanecem no limbo administrativo

e político, a Apufsc mais uma vez atua em prol de seus sindicalizados, colocando sua estrutura à disposição e criando novas sedes para agilizar os processos que requerem atenção. Além das sedes existentes em Curitiba e Araranguá, em breve uma nova sede em Joinville.

Nesse boletim, a Apufsc-Sindical mostra mais uma vez seu empenho em prol da categoria, acompanhando atentamente o movimento docente nacional e expondo nas páginas desse Boletim a informação sobre a greve nacional de forma transparente e atualizada. Trata ainda da proposta do governo apresentada recentemente e que começa a ser avaliada pelos servidores públicos federais, mas já se sabe que o conjunto de entidades considera que essa proposta não responde minimamente a pauta geral. Uma nova reunião com o MPOG está marcada para o dia 7 de julho, mas os líderes sindicais vão pedir que as próximas reuniões sejam setoriais, já que as reivindicações específicas não foram abordadas. Na Apufsc-Sindical a proposta deverá ser analisada na reunião do Conselho de Representantes (CR), no início de julho. Não está descartada a convocação de uma Assembleia Geral dos professores.

Ainda sobre a greve nas universidades, o Tribunal Regional do Trabalho concedeu antecipação dos efeitos da tutela a fim que o Andes se abstenha de praticar qualquer ato

de natureza sindical da categoria profissional dos professores das universidades federais do estado de Santa Catarina, sob multa diária de R\$ 10 mil. Mais uma vez a Justiça reconhece que qualquer atividade do Andes em Santa Catarina é ilegal, ou seja, o Andes não pode falar em nome dos professores das universidades federais no Estado, inclusive abstendo de convocar e realizar assembleias.

A PEC 555 também volta a ser tema dessa edição. A Apufsc-Sindical, num trabalho conjunto com o Mosap, a Confederação dos Aposentados (Cobap) e outras entidades representativas dos servidores públicos, já defendeu a sua votação em inúmeros atos públicos, audiências públicas e com parlamentares, reuniões com o governo, entrevistas a diversos veículos e em muitas outras oportunidades. A proposta está pronta para ser votada e para pressionar a sua votação, um abaixo assinado de líderes partidários foi entregue ao presidente da Câmara dos deputados. Sabemos que sem a pressão essa será mais uma matéria que vai se arrastar indefinidamente.

Muitas questões pairam no cenário nacional e que impactam diretamente na realidade acadêmica e na saúde dos professores. Face a este cenário, a Apufsc Sindical mais uma vez reitera seu compromisso em defesa dos direitos de seus professores. E que venham mais quarenta anos!

Diretoria do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina - Apufsc-Sindical

Comissão editorial relembra normas para publicação de artigos de opinião

A Comissão Editorial destaca que não tem como prerrogativa efetuar moderação ou censura nos artigos de opinião assinados. Com base neste princípio, a Comissão estabeleceu alguns critérios para a publicação de artigos no boletim. Quanto à forma, convencionou-se que, desde a edição do mês de maio, os textos estão maiores e podem conter entre seis mil e 6.300 caracteres, com espaço. Serão publicados dois artigos por edição. Para isso, a Comissão Editorial definiu os critérios: o primeiro é pela ordem de chegada ao Departamento de Imprensa do Sindicato, mas, se o assunto do texto for relacionado com a matéria de capa da edição anterior terá prioridade. O mesmo acontece se for réplica de artigos publicados. Para

a publicação de opinião nos meios eletrônicos da Apufsc, como site e newsletter, não há limitação de tamanho. As normas foram estabelecidas para que todos os professores tenham o mesmo espaço. Além disso, o direito de resposta será dado a todas as pessoas ou instituições que se sentirem ofendidos. Ele será publicado nos mesmos espaços e meios de comunicação do Sindicato em que o texto que gerou o pedido foi veiculado.

Quanto ao conteúdo, a comissão, aponta para a necessidade de se orientar por critérios que se sustentem em normas constitucionais. Neste sentido, a comissão concorda com a orientação de Rafael da Silva Marques, Juiz do Trabalho da 4ª Região e Doutor em Direito “a liberdade de ex-

pressão, de o humano dizer o que pensa sobre determinado assunto, desde que o faça de forma fundamentada e com fundamentos razoáveis e que não agride ou discrimine a terceiros, talvez seja o mais importante de todos estes princípios (...) o direito de agir de forma livre, não pode, contudo, agredir a liberdade religiosa, sexual, educacional, política ou filosófica dos demais”.

Além disso, a Comissão reitera que os textos de opinião assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem a opinião do Sindicato. A posição da Diretoria é expressa através dos editoriais e nas matérias jornalísticas produzidas pelo Departamento de Imprensa da Entidade.

Andes descumpre decisão judicial e magistrado concede antecipação da tutela

O Tribunal Regional do Trabalho – 10ª Região, através do juiz do Vilmar Rêgo Oliveira, concedeu antecipação dos efeitos da tutela a fim que o Andes se abstenha de praticar qualquer ato de natureza sindical da categoria profissional dos professores das universidades federais do estado de Santa Catarina, sob multa diária de R\$ 10 mil. O novo despacho ocorreu no dia 3 de junho deste ano.

A tutela antecipada consiste na antecipação dos efeitos da sentença condenatória. É uma técnica processual usada para quando há algum requerimento da parte que não pode esperar a execução de sentença, pois deve a justiça proporcionar ao titular do direito lesado a possibilidade de cumprimento com urgência de determinada decisão judicial.

Em fevereiro de 2015, o magistrado havia julgado procedente a reclamação da Apufsc-Sindical contra o Andes a respeito do princípio da unicidade sindical da categoria em Santa Catarina. Ocorre que o Andes vem descumprindo a determinação judicial, com a convocação de assembleias, inclusive com indicativo de greve dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fatos que foram noticiados ao juiz pela assessoria jurídica da Apufsc.

Portanto, mais uma vez a Justiça reconhece que qualquer atividade do Andes em Santa Catarina é ilegal, ou seja, não pode falar em nome dos professores das universidades federais no Estado, inclusive abstendo de convocar e realizar assembleias. “No que se refere a aplicação da multa esclareço que o valor somente será passível de execução ao

final do processo, com a devida apuração do *quantum debeatur*. Destarte, expeça-se mandado para intimação do réu (Andes), com urgência”, esclarece o magistrado.

A decisão do juiz foi comunicada à Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (USFC) através de ofício enviado no dia 11 de junho. No documento, a Diretoria da Apufsc informa que convocou uma Assembleia Geral da categoria para o dia 8 de junho de 2015, que, não tendo atingido o quórum estatutário para deliberar, não decidiu sobre uma possível greve na UFSC neste momento. “Portanto, qualquer outro sindicato ou movimento que venha a declarar greve na base territorial da Apufsc-Sindical estará agindo ilegalmente e seus adeptos estarão sujeitos às sanções administrativas cabíveis”.

Líderes partidários pedem votação da PEC 555

O presidente do Instituto do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert, entregou um abaixo-assinado de líderes partidários ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), solicitando a votação da PEC 555/2006. O documento, protocolado no dia 11 de junho, pede a inclusão da PEC na pauta do Plenário, já que a Proposta de Emenda à Constituição está pronta para ser votada. Para entregar o documento, Haubert teve o apoio do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Em tramitação no Congresso Nacional, a PEC 555/06 extingue gradativamente, num período de cinco anos, a contribuição previdenciária de 11% sobre proventos dos servidores públicos aposentados e pensionistas com mais de 60 anos. Para isso, a PEC revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional 41/03, a qual promoveu a reforma da previdência e passou a exigir a contribuição há 11 anos. A proposta já passou por todas as comissões da

Câmara dos Deputados e aguarda inclusão na pauta de votação no plenário da casa.

A Apufsc-Sindical, num trabalho conjunto com o Mosap, a Confederação dos Aposentados (Cobap) e outras entidades representativas dos servidores públicos, já defendeu a sua votação em inúmeros atos públicos, audiências públicas e com parlamentares, reuniões com o governo, entrevistas a diversos veículos e em muitas outras oportunidades. A Entidade também encabeçou um amplo trabalho parlamentar para que deputados assinassem o requerimento de inclusão da matéria na Ordem do Dia – foram coletadas mais de 600 assinaturas. Através de pedido feito pela Apufsc, em 2013 toda a bancada catarinense no Congresso Nacional assinou o requerimento.

Em 2014, a matéria chegou a ser pautada no Plenário, a partir da pressão democrática das entidades sobre o então presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves. No entanto, a PEC não chegou a ser votada.

Contracheques e comprovantes de IR serão emitidos por meio eletrônico

A Secretaria de Gestão de Pessoas da UFSC informa que, de acordo com a medida estabelecida pela Portaria nº 73 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), os contracheques e comprovantes de rendimentos de Imposto de Renda de todos os servidores da Universidade passarão a ser obtidos exclusivamente por meio eletrônico.

Para os servidores ativos, os documentos não são emitidos e enviados pelo correios desde maio de 2015. Para os aposentados e pensionistas que já possuem e-mail cadastrado na Secretaria, a medida passa a valer para a folha de pagamento do mês de junho.

Para acessar o contracheque eletrônico, o servidor precisa entrar no site www.servicosdoservidores.planejamento.gov.br, clicar no ícone SIGEPR Servidor e fornecer CPF e senha. O cadastramento ou alteração de e-mail deverá ser solicitado pelo e-mail: saa.ddap@notes.ufsc.br ou pelo telefone (48) 3721-9313, no período vespertino.

Proposta de reajuste salarial apresentada pelo governo é avaliada pelos servidores

Com o objetivo de pressionar o Governo Federal a negociar a pauta de reivindicações da categoria, docentes de 29 Universidades Federais paralisaram as atividades

A proposta de reajuste salarial dos servidores públicos federais de 21,3%, parcelado em quatro anos, entre 2016 e 2019, apresentada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) no dia 25 de junho, está sendo analisada pelos sindicatos que representam servidores de diversos órgãos. A proposta prevê aumento de 5,5% para 1º de janeiro de 2016; 5% para 1º de janeiro de 2017; 4,75% para 1º de janeiro de 2018; e 4,5% para 1º de janeiro de 2019. Para dar andamento nas negociações, líderes sindicais vão pedir que as próximas reuniões sejam setoriais, já que as reivindicações específicas não foram abordadas no encontro. Na Apufsc-Sindical, a proposta deverá ser analisada na reunião do Conselho de Representantes (CR), que acontece no dia oito de julho. Também não está descartada a convocação de uma Assembleia Geral dos professores. A decisão será tomada durante o encontro de conselheiros.

“Acho que a proposta é bastante razoável. Usamos projeções que não são do governo, são do mercado, e trouxemos a proposta em um contexto, que esperamos provisoriamente, muito desfavorável de aumento de desemprego, queda de salário no setor privado”, disse o secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, que esteve reunido com representantes das entidades.

“Trazer essa proposta em parâmetros de mercado é defensável. Não posso dizer se vamos adiante dela, vamos esperar o que as entidades vão conversar”, acrescentou. Uma nova reunião está marcada para o dia 7 de julho.

O conjunto das entidades fez uma série de considerações bastante negativas à proposta, considerando que ela não responde a pauta geral dos servidores públicos federais nem é capaz de recuperar as perdas inflacionárias passadas e igualmente parte de premissas muito otimistas para a inflação

futura, o que dificultará muito o avanço das negociações.

O presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira, questionou Mendonça sobre como se dará o processo de negociação, se será em mesas setoriais, o que seria importante para que se possa tratar as questões específicas da categoria dos docentes, como reestruturação de carreira e pauta não salarial, como apresentado pela entidade.

Paulo Rizzo, presidente do Andes, lembrou que os SPF reivindicam reajuste de 27% em parcela única no mês de janeiro de 2016, e também que os trabalhadores querem discutir todos os pontos da pauta de reivindicações, não apenas o reajuste salarial. De acordo com o docente, todas as entidades presentes na reunião rejeitaram a proposta apresentada pelo MPOG.

O Proifes protocolou ofício, no dia 26 de junho, solicitando a imediata abertura da mesa setorial dos docentes, pois entende que além da negociação geral é necessário que se avance na pauta específica dos professores.

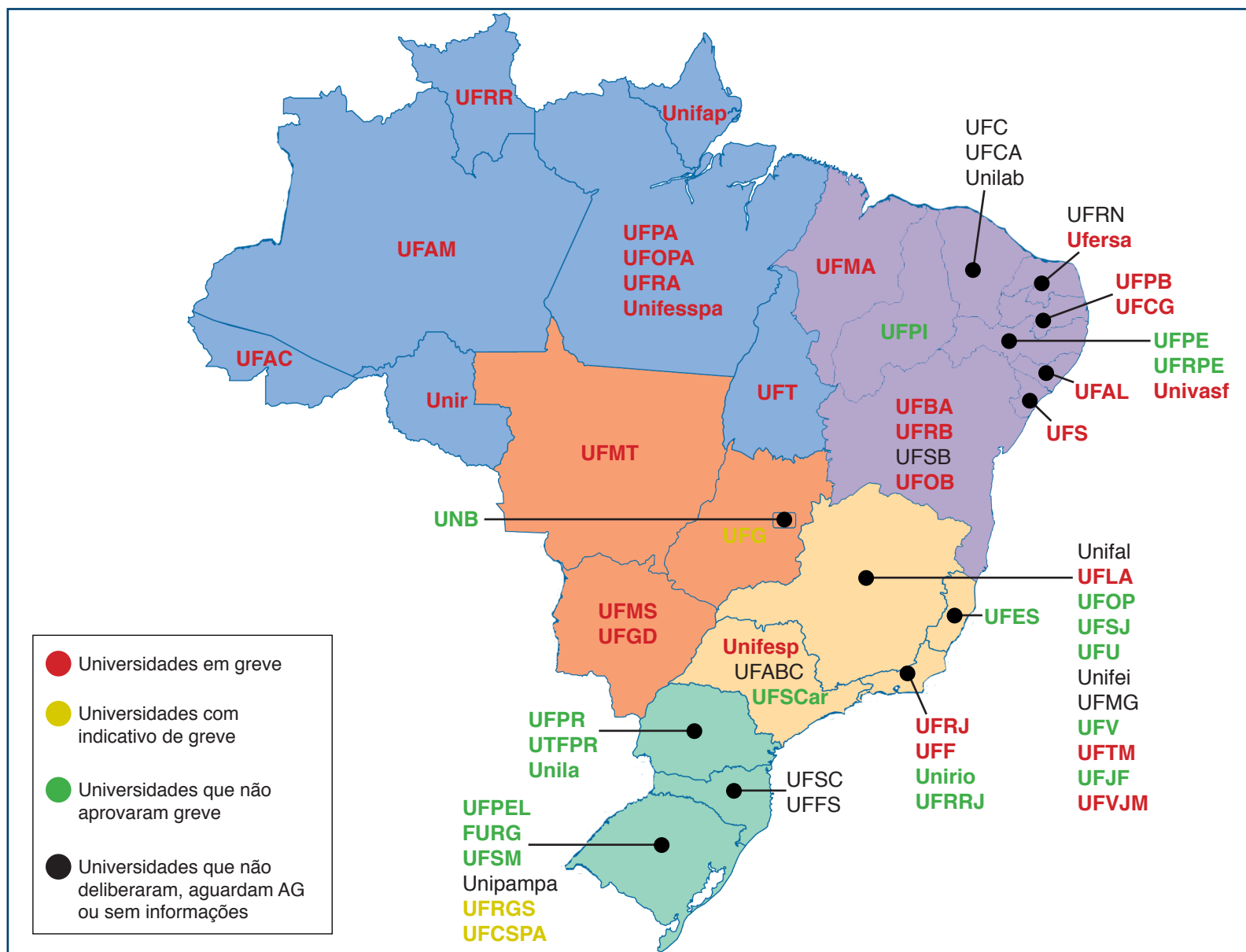
A pauta defendida pelo Proifes inclui o reajuste salarial e reestruturação das Carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), nos termos da proposta protocolada pela entidade; superação das pendências do Acordo de 2012, que incluem: reenquadramento dos professores aposentados do MS na Classe de Professor Associado; regra de transição na carreira do EBTT para compensar a mudança de 18 para 24 meses de interstício de progressão ou promoção; fim do controle de frequência no EBTT, em isonomia ao MS; adicional de difícil lotação, como incentivo à fixação de docentes em locais de difícil lotação; redefinição dos critérios de concessão do auxílio-transporte; fim da exigência de conclusão do estágio probatório para a mudança de regime de trabalho; extensão do RSC para professo-

res aposentados do EBTT; enquadramento dos professores aposentados da carreira do Magistério Básico Federal na carreira do EBTT; criação de programas de qualificação para os docentes das duas Carreiras.

Defende, ainda, correção dos prejuízos causados aos docentes por interpretações equivocadas da Lei 12.772/2012, que incluem: fim da exigência de conclusão de estágio probatório para a promoção acelerada dos professores que estavam na Carreira em 1 de março de 2015. Além da garantia dos efeitos financeiros e legais das progressões e promoções retroativos à data de conclusão dos interstícios.

Já a proposta defendida pelo Andes pede a incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação; piso remuneratório no valor de R\$ 2.748,22, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2015, para docentes graduado, em regime de trabalho de 20h; Interstício de 5% entre os níveis da carreira; remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho.

Os percentuais de acréscimo relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo como base o regime de 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime DE; paridade e integralidade para os aposentados; reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da lei nº



8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.

Antes da reunião no MPOG, o Andes havia sido recebido pelo secretário de Educação Superior (Sesu/MEC), Jesualdo Pereira Farias, no dia 23 de junho. A entidade esperava a abertura das negociações efetivas com base na pauta de reivindicações apresentada pelo Sindicato, mas, de acordo com a notícia publicada, as respostas apresentadas pelo secretário, através de ofício, não sinalizaram abertura de negociação. O Andes pede a defesa do caráter público da universidade; condições de trabalho; garantia da autonomia; reestruturação da carreira; e valorização salarial de ativos e aposentados.


Na resposta, Jesualdo Farias, afirma que o caráter público das universidades federais é constitucional e “inabalável” e que a ocupação dos cargos docentes se dá por meio de concurso público. Ele acrescenta que os investimentos na expansão das universidades têm sido expressivos. Sobre as condições de trabalho, o secretário informa que as universidades têm autonomia para reposit

ção dos cargos de docente independentemente de autorização do MPOG.

Para o presidente do Andes, Paulo Rizzo, o documento apresentado pela Sesu/MEC, como sendo uma resposta à pauta do Sindicato Nacional, não reconhece as reivindicações da categoria docente, e ainda aponta para a aprovação do PL 2177/2011, que prevê reforçar a autonomia das universidades via privatização.

“Nas questões que são significativas para nós, como a reestruturação da carreira e valorização salarial, o documento não traz respostas e sinaliza que esses pontos devam ser tratados ou em um GT, o que já sabemos que não resulta em nada, ou junto ao Ministério do Planejamento”, comentou.

Com a demora do governo em responder as reivindicações, docentes de várias universidades federais já estão em greve e outros estão em processo de discussão sobre a adesão ao movimento. As seções sindicais do Andes foram as primeiras a deflagrarem a paralisação no dia 28 de maio. Em seguida, alguns sindicatos docentes filiados ao Proifes também aderiram ao

movimento. Durante reunião do Conselho Deliberativo da Entidade nos dias 18 e 19 de junho, o Proifes resolveu indicar aos sindicatos federados a deflagração de greve nacional. De acordo com levantamento feito pelo setor de imprensa da Apufsc, até o dia 25 de junho, professores de 29 universidades estavam parados e 19 não haviam aprovado greve. O restante ou estão com indicativo de paralisação ou com assembleias agendadas para os próximos dias. O levantamento é realizado via site de sindicatos ou por telefonemas diretos para as entidades. A contagem é feita por universidades e não por campus. Também não são computados os institutos federais. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) os professores não deliberam sobre a greve. A Apufsc-Sindical, único sindicato legalmente constituído para representar os docentes das universidades federais de Santa Catarina, realizou uma Assembleia Geral Extraordinária no dia oito de junho, mas, por falta de quórum, não houve nenhuma deliberação. (Com informações do Proifes e do Andes) 

Preocupa-me o silêncio e incapacidade dos dirigentes responsáveis

Por ROSENDO A. YUNES - professor aposentado da UFSC

Igor Z. Carneiro Leão, professor de Economia da UFPR, escreve “tecnologia que se conhece e domina em poucas ilhas importantes, como a Petrobrás e a Embraer. São honrosas exceções, mas são apenas exceções. A história da industrialização brasileira do ponto de vista da tecnologia, do crescimento, do emprego e da igualdade social está por ser escrita” (Economia e Tecnologia 2007, vol. 08, 109).

Vamos observar alguns dados para poder pensar e avaliar os problemas.

O percentual da indústria no PIB brasileiro em 1980 era de 35%, caiu para 12% em 2014. O recuo da indústria continua. Segundo estimativas, o preço das exportações brasileiras seria de US\$ 800, enquanto o das importações de US\$ 2000 (valores aproximados).

No ranking Global de Inovação 2013, elaborado conjuntamente pela ONU e pela escola de negócios Insead (França), que considerou 84 indicadores para avaliar as atividades de inovação das economias nacionais que favoreceram as atividades de inovação aparecem: Espanha 26º lugar, Portugal 34º, Chile 46º, Uruguai 52º, Argentina 56º, México 63ª, Brasil 64º. Triste eh!

Nos últimos 20 anos, o maior investimento em pesquisas dos países ibero-americanos deu lugar a um aumento no número de publicações, mas não acompanhada de um aumento de qualidade.

No entanto o investimento do Brasil é o único que supera o 1%, e ainda assim, muito longe dos países com renda similar que estão bastante acima de 2%.

Brasil aumentou 5 vezes sua produção científica nos últimos 20 anos (medida pela base Scopus Elsevier 2013), entretanto em artigos per capita a taxa de Brasil é similar a Argentina, Chile e Uruguai.

Chile lidera os países de América do sul em número de patentes, 2,5 vezes mais que o Brasil, mas ainda assim a participação da região no mundo é inexpressiva 2%.

A Fapesp investiu em 2013, US\$ 512 milhões enquanto o CNPq dispunha em 2014 de US\$ 650 milhões para todo o país. A concentração de verbas para S. Paulo chega assim a 80 ou 90%. (todos os da-

dos tomados de Catanzaro M. et.al. South American Science. Big Players. NATURE 2014e, vol. 510). Assim S. Paulo é responsável por mais da metade das publicações do país.?

Como se explica que em inovação Brasil está ocupando a 64º posição atrás de Uruguai, Chile, Argentina que faliu no ano 2001 e México com todos seus problemas, enquanto investe muito mais em pesquisa e desenvolvimento?

Aqui aparece a incapacidade e o silêncio.

A incapacidade dos dirigentes de evitar a concentração industrial e de financiamento de ciência e tecnologia especialmente em S. Paulo e em parte Rio de Janeiro. Devem-se distribuir recursos e condições em vários centros do país. No Brasil o MCT criou o Centro de referência de farmacologia pré-clínica em Florianópolis, mas não acompanhou com um Centro de produção de novas moléculas por síntese, biotecnologia e moléculas virtuais com modelos computacionais, nem com o incentivo a empresas em programas de compra governamental de fármacos desenvolvidos no país.

É a incapacidade dos dirigentes de identificar áreas de aplicação e aprendizagens cruzadas. Deve-se superar a visão lineal de que ciência gera inovação e a empresa gera demanda de tecnologia. Para isto deve existir uma proximidade institucional para lograr superar os problemas de assimetria de interesses no mercado, sem cair num campo limitado de tecnologias.

Incapacidade dos dirigentes que não observam que o desenvolvimento pela inversão estrangeira direta não é uma solução porque não centraliza no país a corrente de valor. O desenvolvimento via multinacionais não permite a apropriação nacional de tecnologias complexas, elas ficam no poder de empresas estrangeiras que assim controlam absolutamente o processo produtivo.

É a incapacidade de dirigentes que não orientam aos institutos a desenvolver a engenharia reversa dos aparelhos importados para poder-se apropriar de sua tecnologia.

O estado corta 1 bilhão e 500 milhões

do orçamento do MCT e perto de 11 bilhões ao MEC e aparece o silêncio.

É o silêncio de todos os Reitores, que se pronunciaram na política, frente a um corte enorme nos programas do MCT e 1/3 do orçamento das Universidades Federais. Sem considerar, que na grave crise de Coreia do Sul de 1997-2003, aquele país, além de não diminuir aumentou expressivamente seus investimentos em ciência, tecnologia e educação. A Apufsc se pronunciará neste sentido? Poderia fazer uma greve por motivos não de salário exclusivamente? Lembraram-se da resposta de Gandhi “Meu país é demasiado miserável para prescindir da pesquisa”.

O silêncio de todos os meios de comunicação de que investigadores do FMI, nada menos, que manda a fazer cortes orçamentários, têm identificado não menos de 173 casos de austeridade fiscal em países avançados, durante o período de 1978-2009, “E o que constataram foi que as políticas de austeridade seguiram períodos de contração econômica e aumento do desemprego” (Krugman P. (Nobel de economia) !Acabemos ya com esta Crisis! Paidos, Bs. AS. 2014)

O silêncio dos economistas de nossas universidades, frente a aqueles que foram deformados por escolas dedicadas a favorecer os países mais poderosos, de uma frase de um conhecido economista estrangeiro “As deficiências principais da sociedade econômica na qual moramos é a incapacidade de dar pleno emprego e a arbitrária e desigual distribuição da riqueza e dos ingressos” (John M. Keynes Teoria general de la ocupación, el interés y el dinero).

É a falta de pleno emprego e as desigualdades de distribuição, ignorando a justiça distributiva, e a falta de sentido do social, da pátria, e da verdadeira essência do homem o que aplanam o caminho das drogas, roubos, violência, gerando uma juventude frustrada e uma sociedade com ceticismo total.

Nossa Universidade tem o dever de contribuir, ao menos, na toma de consciência destes graves problemas para sua solução e assim construir uma pátria diferente.

Apufsc: Sindicato ou Associação Recreativa?...

Por ARMANDO DE MELO LISBOA - professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC
PAULO CESAR PHILIPPI - professor do Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC

Nossa categoria, juntamente com outros servidores federais, está em fase de negociação salarial com o governo. Todavia, a Apufsc isolou-se e limita-se a assistir passivamente o que se passa em Brasília. Obviamente, sozinhos não participaremos de qualquer negociação, fato que questiona profundamente o sentido da nossa entidade e compromete nossa sobrevivência como sindicato.

A situação é deprimente e escandalosa, pois a Apufsc historicamente teve um protagonismo decisivo no movimento sindical docente deste país. Ainda hoje muitas ADs, antes de se posicionarem, procuram saber o que aqui decidimos.

O Andes, que na UFSC realizou seu primeiro congresso em 1982, ao ser fundado em 1981 foi pioneiramente presidido pelo prof. Osvaldo Maciel, então presidente da Apufsc. Nos anos 2000, face ao esgotamento do modelo de sindicato nacional (SN), algumas ADs (entre as quais as da UFMG, UFRGS e UFSCar) fundam o Proifes, um fórum de ADs independente do Andes.

Animados com esta perspectiva, também fizemos a ruptura com o Andes, e fomos o primeiro sindicato a ser reconhecido como sindicato autônomo, implodindo o modelo sindical centralizado. Superando o desatino político da forma sindical que mistura e unifica no mesmo saco docentes das universidades privadas e públicas (federais, estaduais e municipais) e vinculando o SN à uma central sindical atrelada a um partido político, o surgimento da Apufsc-Sindical em 2009 trouxe ao MD algo novo e esperançoso.

Na continuidade deste processo refundacional e completando-o, em 2012 também aqui na UFSC se cria o MDIA: Movimento Docente Independente e Autônomo.

‘Movimento’ não significa ‘federação’ ou ‘sindicato nacional’ ou uma estrutura burocrática enrijecida e centralizada, mas uma união de sindicatos com os mesmos ideais. E o MDIA foi criado com o propósito de reunir entidades independentes e incluindo todas as entidades que compartilham os mesmos propósitos, tanto da Andes quanto do Proifes.

‘Independente’ significa exatamente o que o nome está dizendo. Queremos inde-

pendência de partidos, de ideologias políticas e de centrais sindicais. A universidade não foi feita para isto!...

‘Autônomo’ significa que somos nós a decidir o nosso destino. Que estamos dispostos a assumir a responsabilidade desta independência.

Portanto, hoje há 3 caminhos para que a Apufsc se faça ouvir em nível nacional. O primeiro é formarmos trincheira com o Proifes. É o sindicalismo do SIM ao governo do PT e da CUT, com aliados importantes no PCdoB (...vimos isto na última greve). O segundo é formarmos trincheira com o Andes. O Sindicato do NÃO ao governo do mesmo PT, cuja base (do sindicato) é PSol, PSTU, Conlutas, Prestistas, Trotkistas e outros istas (...também vimos isto na última greve).

Esta é uma divisão que há uma década divide esquizofrenicamente o movimento sindical universitário. O Andes e seu reino das “boas intenções”, apenas se guia por ideologias anacrônicas e estéreis. O Proifes, apenas fiel aos interesses dos grupos no poder federal desde 2003, faz o jogo pragmático das conveniências políticas. Ambos, por estarem distantes da realidade acadêmica e seus dilemas, mostram-se inábeis para representar os docentes universitários do Brasil em quaisquer negociações com o governo.

Estes dois caminhos significam ceder, desistir de procurar construir um novo sindicalismo, mais apropriado a professores de universidade, sem partidos ou ideologias políticas, sem paneladas, sem demagogia e sem nos atrelarmos a centrais sindicais que, por sua vez, são braços de partidos políticos (como é o caso do Proifes na CUT).

O terceiro caminho é o MDIA, opção que nos coloca juntos com a Apubh (da UFMG), Adunb (UnB) e Adunifei (Itajubá), entidades que foram parceiras em sua fundação, e que presentemente conta com a simpatia dos sindicatos das Universidades Federais de Goiás e Bahia. O Movimento Docente, Independente e Autônomo é a opção natural para sairmos desta estreita estupidez e o único caminho para termos expressão nacional sem cedermos à mesmice sindical que tantos prejuízos têm causado às nossas universidades.

Todavia, a Apufsc, entidade fundadora

do MDIA, pouco (...ou nada) fez pelo MDIA em toda a gestão anterior, impondo dificuldades para que o mesmo hoje fosse uma outra federação (estágio que se alcança quando sindicatos de cinco estados se congregam).

Ainda que tenha sido uma gestão exitosa nas questões relativas aos novos campi, a gestão Marcio Campos representou tudo o que não queríamos em política sindical, quando a Apufsc perdeu o brilho e a liderança nacional que tinha conquistado. Nela, projetos importantes como o MDIA, Frente Parlamentar e Instituto de Pesquisas em Educação (IPE) foram literalmente abandonados, um boletim de opiniões transformou-se num panfleto publicitário dos atos da Diretoria e o seu GT de Política Sindical foi intempestivamente dissolvido violando nossos estatutos que dão esta atribuição apenas ao CR.

Hoje, vergonhosamente, a Apufsc está apequenada e isolada, debatendo temas irrelevantes e completamente à deriva na principal questão que justifica a existência de um sindicato.

O MDIA escancara que a essência de um sindicato é ser um “movimento”, pois a força sindical reside exclusivamente na sua capacidade de mobilização. Ora, isto significa um permanente trabalho de convencimento, especialmente junto aos novos docentes.

Todavia, há muito tempo nenhum dirigente produz textos formadores de opinião no Boletim. Também há anos, nenhum diretor se importa em se fazer presente nas listas de discussão da UFSC, especialmente na da Apufsc. Do que vale termos sedes e funcionários, e mesmo o aparato legal a nosso favor, quando nossa pauta se restringe à organização interna da entidade, à proteção jurídica do associado e à confraternizações e passeios contratados com empresas de turismo?...

Daqui advém o atual desfibramento e ineficiência da Apufsc, que sequer consegue efetivar uma AG, enquanto o grupúsculo andesiano na UFSC se mobiliza e dá as cartas por aqui.

A atual campanha salarial sinaliza que esgotou o nosso tempo. Ou altiva e corajosamente assumimos a construção do MDIA, ou o futuro da Apufsc-Sindical estará severamente comprometido.

GT apresenta propostas para a institucionalização dos campi da UFSC

O Grupo de Trabalho para a institucionalização dos campi da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentou o relatório final com o objetivo de subsidiar as deliberações do Conselho Universitário (CUUn) sobre o assunto. O GT, formado por professores, estudante e técnicos administrativos, conduziu discussões sobre o tema, tendo em vista a elaboração de possíveis propostas de formalização e regulamentação das estruturas e unidades administrativas nos campi de Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville.

Foram realizados fóruns em todos os campi, buscando coletar questões, sugestões e propostas para o delineamento de uma estrutura organizacional geral para as unidades fora da sede da UFSC em Florianópolis. Depois de ouvir a comunidade universitária, o GT decidiu elaborar um documento contendo duas propostas distintas. “Um entendimento do GT é que institucionalização significa acrescentar essa entidade “campi fora de sede” ao Estatuto, ao Regimento Geral e a todas as resoluções vigentes da Universidade. Tem-se claro que este não é um processo imediato ou que exigiria uma mudança estrutural em de resoluções da universidade. É um processo que já se iniciou desde a criação dos campi, que por motivos diversos, até o momento não foram incluídos no estatuto e regimento da UFSC”, destaca o documento do GT.

Uma das propostas prevê a criação apenas de centros fora de sede (como unidades acadêmicas) e suplementarmente a criação de uma estrutura organizacional visando conferir funcionalidade às atividades administrativas dos campi que não estivessem enquadradas nas competências de um centro. A assessoria poderia ter seus técnicos

vinculados às pró-reitorias e secretarias e também um superior imediato com funções semelhantes ao atual diretor administrativo. Os atuais diretores gerais dos campi passariam a ser diretores de centro, sendo que o cargo de direção geral e acadêmica deixaria de existir. A proposta prevê em um momento subsequente a criação de uma nova comissão para apontar a forma de institucionalizar os campi fora de sede.

Entre as principais vantagens apontadas para essa proposta está a de maior semelhança à atual organização; alterações minimizadas no Estatuto/Regimento; representação imediata dos campi em todas as câmaras e conselhos; autonomia para designação de várias comissões (Ex.: estágio probatório de docentes); não há necessidade de se alterarem várias resoluções; delegação de competências das pró-reitorias para os diretores administrativos dos campi, de temas em comum acordo; e não há necessidade de aprovação pelo Ministro da Educação das alterações dos anexos do Regimento Geral da UF.

A outra proposta prevê a criação e inclusão no estatuto dos centros fora de sede (inicialmente um por campus) e seus departamentos (como prevê a proposta anterior), porém mantendo-se e adequando a estrutura das diretorias nos campi fora de sede (expressamente as direções gerais e administrativas) e sem resultar na sua equivalência às diretorias dos centros; e por fim a aprovar a criação da entidade “Campus fora de sede” a ser adicionada ao estatuto em termos semelhantes aos sugeridos na minuta presente no apêndice A para submissão ao Ministério da Educação, caso necessária.

Dentre as vantagens desse modelo está a deliberação em único ato normativo de estrutura compatível com a organização multicampi da UFSC; manutenção das caracte-

rísticas de centro e departamento conforme o estatuto atual; possibilidade de delegação de competências para os diretores gerais dos campi, respeitada a legalidade e isonomia; vinculação hierarquia local da direção administrativa (não há multiplicidade de comando dentre as várias pró-reitorias afins à direção administrativa, nem mediação imediata de conflitos de interesses de mais de um centro ao nível desta diretoria); possibilidade de organização de mais de um centro, sendo os centros fora de sede também organizáveis por áreas do conhecimento (não muda o art. 5º); evita-se a disputa por isonomia com os centros (da sede), pois, aglutina nas direções do campus (especialmente na direção geral) as demandas de diversos interlocutores; e possibilita a ampliação gradual de estruturas, com a previsão de mecanismos de transição.

“Acredita-se que ambas as propostas expressam a necessidade, importância e caminhos para se chegar à institucionalização dos campi fora de sede. Mesmo havendo diversas questões em aberto, constatou-se amplo consenso entre os que participaram das reuniões do GT quanto à necessidade de que o desenho da estrutura organizacional seja estabelecido o mais brevemente possível, visando-se reduzir a insegurança jurídica instalada pela falta de normatização positiva sobre as atividades dos campi fora de sede. Por todo o cenário histórico e jurídico representado nesse relatório, o grupo de trabalho considera que a institucionalização dos campi pode ocorrer independentemente do conjunto de outras questões políticas e institucionais que legitimamente poderiam pleitear uma “Estatuinte”, mas que se levada conjuntamente com esse processo de institucionalização poderia até mesmo postergá-lo ou inviabilizá-lo”, destaca o relatório.



Publicação mensal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

ENTRE EM CONTATO

Endereço: Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC
(48) 3234-5216 | 3234-3187
www.apufsc.org.br
imprensa@apufsc.org.br

DIRETORIA GESTÃO 2014/2016

Presidente

Wilson Erbs

Vice-Presidente

Claudio José Amante

Secretário Geral

Edinice Mei Silva

1º Secretário

Luiz Gonzaga de Souza Fonseca

Diretor Financeiro

Bernardo Walmott Borges

Diretor Financeiro Adjunto

Antonio de Miranda Wosny

Diretor de Divulgação e Imprensa

Rose Elaine de Liz Waltrick

Diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas

Jovelino Falqueto

Diretor de Assuntos de Aposentadoria

Bernadete Limongi

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável

Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Projeto Gráfico

Cristiane Cardoso (SC-634 JP)

Editoração Eletrônica

Bianca Enomura

Impressão

Gráfica Rio Sul

Tiragem 4.000 exemplares

Distribuição gratuita e dirigida

COMISSÃO EDITORIAL 2015/2016

Presidente

Rose Elaine de Liz Waltrick

Membros

Anelise Reich Corseuil

Edinice Mei Silva

Joana Sueli de Lazari

O conteúdo dos artigos assinados é de responsabilidade dos autores